

RELATÓRIO  
SISTÊMICO DAS  
**FISCALIZAÇÕES DO**  
**BIÊNIO 2017/2018**

Acordão 1.263/2019 - Plenário

**DESBUROCRATIZAÇÃO,  
EFICIÊNCIA E  
PRODUTIVIDADE**



1

**Relatório sistêmico** que contempla a consolidação de fiscalizações, realizadas no biênio 2017/2018, com vistas a identificar os principais entraves causados pelo excesso de burocracia governamental que afetam o ambiente de negócios e a competitividade de organizações produtivas, prejudicando o desenvolvimento nacional.

2

O denominado **custo Brasil** é reconhecido pela sociedade como um dos graves problemas enfrentados pelo País. Entre os principais componentes desse custo está a exagerada burocracia, representada, em grande parte, pela complexidade desnecessária do arcabouço normativo e por processos de trabalho ineficientes no âmbito do setor público, afetando todos os cidadãos e empresas.

3

Em meio a um cenário de restrições orçamentárias e baixo investimento, **diminuir o excesso de burocracia da administração pública** de modo a favorecer o ambiente de negócios e incrementar a produtividade e a eficiência das empresas brasileiras torna-se tema inescapável na agenda política e econômica do País.

4

Para a delimitação de atividades e setores afetados pela regulação governamental, **o TCU utilizou como paradigma o relatório “Doing Business” do Banco Mundial**, que é elaborado anualmente desde 2003, e mede, analisa e compara as regulamentações aplicáveis às empresas e o seu cumprimento em 190 economias.

5

Os trabalhos realizados pelo TCU avaliaram os **impactos da atuação estatal nas diversas etapas do ciclo de vida de uma empresa**. Novos escopos devem ser acrescentados e a ideia é que sejam produzidos relatórios bienais até 2030, de forma a alinhar-se ao marco temporal estabelecido para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU.

6

O presente trabalho contempla **sete fiscalizações**, realizadas por nove unidades do TCU, envolvendo, direta e indiretamente, mais de dez órgãos da Administração Pública.



O CUSTO DA  
BUROCRACIA NO BRASIL  
REPRESENTA ENTRE  
**1,45% E 2,76%**  
DO PIB

Fonte: Fiesp

**72°** DE  
**140 PAÍSES**  
NO RANKING DE  
COMPETITIVIDADE  
[40° EM 2001]

Fonte: Fórum Econômico Mundial

**+de**  
**5.000.000**  
DE NORMAS EMITIDAS  
DESDE 1988

Fonte: Fiesp



**109°** DE  
**190 PAÍSES**  
NO RANKING QUE  
MEDE A FACILIDADE  
DE SE FAZER  
NEGÓCIOS

**184°** QUANDO SE TRATA DE  
PAGAMENTO DE IMPOSTOS  
**171°** NA OBTENÇÃO DE  
ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO

Fonte: Banco Mundial

**764**  
NORMAS  
POR DIA

Fonte: Fiesp



## FISCALIZAÇÕES

### ABERTURA DE EMPRESA



Avaliação do grau de implementação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim)

### OBTENÇÃO DE ALVARÁS DE CONSTRUÇÃO



Auditoria nas atividades de fiscalização e inspeção do MAPA  
Licenciamento Ambiental

### OBTENDO ELETRICIDADE



Acompanhamento da Política de Outorga do Setor Elétrico

### REGISTRO DE PROPRIEDADES



Análise dos processos de registros de marcas no INPI  
Avaliação de fatores que restringem as atividades de fomento à inovação

### OBTENÇÃO DE CRÉDITO



Fiscalizações na concessão de crédito por bancos públicos (FCO e FNO)  
Auditoria de Natureza Operacional na Suframa

### PROTEÇÃO DE AÇIONISTAS MINORITÁRIOS



### PAGAMENTO DE IMPOSTOS



Fiscalização em procedimentos na tributação

### COMÉRCIO INTERNACIONAL



Acompanhamento do Portal Único  
Eficiência dos Portos

### EXECUÇÃO DE CONTRATOS



Processos no Poder Judiciário

### AÇÕES TRANSVERSAIS



Fiscalização no Agronegócio  
Fiscalização na Indústria (Anvisa e eSocial)  
Ações adotadas pelo Governo Federal para promover medidas voltadas à implementação do Decreto 9.094/2017  
Avaliação da atual política industrial brasileira e seus possíveis reflexos sobre o desenvolvimento econômico

■ Auditorias que integram a FOC

■ Auditorias em execução ou previstas



## PRINCIPAIS ACHADOS

### 1. Exigências desarrazoadas por parte dos órgãos fiscalizados

Por exemplo:

- Anvisa não possui um sistema eletrônico de petição, exigindo das empresas que encaminhem toda a documentação em papel, muitas vezes por meio da contratação de despachantes. A Agência, por sua vez, necessita digitalizar a documentação novamente para uso interno, representando retrabalho e custo
- Requisitos do 'eSocial empresa' têm exigido ampliação das horas de trabalho e contratação de novos funcionários para a satisfação das exigências do sistema
- Das 52 exigências para obtenção de crédito do FCO, 35% podem ser consideradas indevidas, 30% exigem algum tipo de aperfeiçoamento, 31% podem ser consideradas pertinentes e 4% não foram examinadas em face de limitações

Além desses, podem ser destacados os seguintes achados:

2. Falta de transparência, organização e padronização das exigências por parte dos órgãos da administração pública fiscalizados
3. Ausência de controle sobre prazo para prestação de serviços
4. Falhas de articulação e compartilhamento de dados entre órgãos
5. Ausência de padronização e de critérios bem definidos para a fiscalização e concessão de serviços e licenças
6. Fragilidades no tratamento de denúncias, reclamações, defesas e sugestões



## RECOMENDAÇÕES EM DESTAQUE

Recomendações destinadas às principais secretarias do governo que tratam do assunto vinculadas ao Ministério da Economia, à Secretaria geral da Presidência da República e à Casa Civil no sentido de:

- dar efetividade à análise de impacto regulatório antes das normas serem implementadas ou alteradas, medindo o custo e benefícios que possam decorrer da nova normatização
- criar datas pré-estabelecidas para a entrada em vigor de legislação infralegal que regulamenta ou mesmo altera a atividade dos agentes econômicos
- promover estudos com o fim de estabelecer um canal permanente de comunicação entre sociedade e governo, a exemplo do Business Forum da Dinamarca, cujo objetivo seja a redução da burocracia e dos encargos administrativos



## **DADOS DA DELIBERAÇÃO**

Relator: Ministro Vital do Rêgo  
Acórdão 1.263/2019 - Plenário

**WWW.TCU.GOV.BR**

## **MISSÃO**

Aprimorar a Administração Pública em benefício da sociedade por meio do controle externo

## **VISÃO**

Ser referência na promoção de uma Administração Pública efetiva, ética, ágil e responsável